

O DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO DE BEBÊS: OS ESPAÇOS NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO AUTÔNOMO, INDEPENDENTE E ATIVO

Jessica Viviane de Lima Costa¹; Ângela Ferreira dos Santos²; Orientadora: Maria das Graças Oliveira³

¹Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, vivianejvlima@gmail.com; ²Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, angela.ufcg30@gmail.com, ³Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, mariaeduc2013@gmail.com

Resumo: Segundo Pimenta e Lima (2009), dentre seus tantos objetivos, o estágio em educação deve oferecer ao aluno as oportunidades de familiarização com a docência e com os princípios da pesquisa educacional, permitindo desse modo a habituação do mesmo com a postura do professor-pesquisador. A pesquisa apresentada neste trabalho segue as orientações do projeto político do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande referente ao Estágio Supervisionado em Educação Infantil. O mesmo prevê que o princípio do componente curricular de Estágio II (Estágio Supervisionado em Educação Infantil) deve ser o de possibilitar ao aluno o desenvolvimento de uma pesquisa do tipo intervenção. A investigação aqui externada é o resultado do estágio anteriormente mencionado e buscou compreender de que forma os espaços são propostos para o desenvolvimento da autonomia, independência e construção do sujeito ativo. O público alvo do estudo foram crianças matriculadas no berçário I (bebês com idade entre 0 a 12 meses) de uma creche municipal de Campina Grande-PB. Em meio aos interesses da investigação perscrutou-se: que tipo de bebê é considerado no berçário? Como os professores atuam perante o desenvolvimento desse bebê? Há uma valorização que permita ao bebê ter um desenvolvimento autônomo e independente? Como são as interações entre o bebê e o espaço e os professores com os bebês? Como a organização das atividades no tempo e no espaço atende às especificidades dos bebês? Com isso, a pesquisa propôs descrever e analisar como se dá e como se organizam os espaços físicos para o desenvolvimento autônomo e independente da criança pequena no berçário, averiguando as interações bebê-professor e bebê-ambiente, descrevendo até que ponto o desenvolvimento autônomo é permitido dentro da creche que foi investigada e compreendendo como a organização dos espaços dessa creche permite a autonomia e independência das crianças do berçário.

Palavras-chave: Estágio, pesquisa-intervenção, bebê, espaço, autonomia.

INTRODUÇÃO

Segundo Pimenta e Lima (2009), estagiar, especialmente na área educacional, é atuar indissociavelmente com a teoria e a prática. Para elas, o estágio não pode se reduzir apenas às práticas de instrumentalização e técnicas, pois a práxis educacional é intervir na realidade social, “isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação.” (LIMA e PIMENTA, 2009, p. 41). As estudiosas ainda apontam que em educação, o estágio é uma estratégia que garante possibilidades de experiências e formação aos futuros professores. Conforme enfatizam as autoras, a pesquisa no estágio em educação é a permissão e ampliação dos conhecimentos pelo quais o aluno pode mobilizar suas análises no contexto investigado e conseqüentemente se familiarizar com a postura do professor-pesquisador.

O presente trabalho consiste no resultado das experiências e análises realizadas durante o Estágio Supervisionado em Educação Infantil. A mesma teve como objetivo geral identificar e analisar como os espaços físicos oferecidos nas instituições de Educação Infantil contribuem para o desenvolvimento do sujeito autônomo, independente e ativo. Especificamente procurou-se analisar como as interações bebê-professor e bebê-ambiente acontecem; observar, analisar e descrever até que ponto o desenvolvimento autônomo é possibilitado dentro da creche; e investigar como a organização dos espaços na creche permite a autonomia das crianças pequenas do berçário;

Neste trabalho far-se-á uma efêmera descrição e análise das características de alguns espaços da creche e correlações entre o que foi tencionado pesquisar e o que foi coletado.

Segundo Ariosi (2010), a educação infantil (EI), que em seus primórdios apresentava-se com o caráter assistencialista, passa a ser pensada como uma nova etapa do ensino no sistema de educação oficial brasileiro a partir de 1980, quando, segundo a autora, intelectuais e defensores passaram a viver, e continuam vivendo, pela luta da garantia dos direitos das crianças. Porém, de acordo com a estudiosa, somente em 1988 com a apresentação de diversas novidades no âmbito da educação brasileira exibidas na Constituição Federal Brasileira, que foi promulgada no mesmo ano (1988), foi possível ver a educação infantil apresentar reais avanços em sua concretização como etapa oficial do ensino brasileiro, como por exemplo, a garantia do direito ao atendimento em creche e pré-escola de crianças do 0 aos 6 anos de idade. Atualmente no Brasil, segundo a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considera-se educação infantil como a primeira etapa da educação básica. A essa etapa cabe propiciar às crianças de 0 a 5 anos o pleno desenvolvimento psicológico, físico, intelectual e social.

Para Ariosi, pensar a educação brasileira é rememorar as lutas vividas, é pensar na escola. A autora frisa que as instituições escolares devem ser lugares próprios do exercício do poder, “pois é o lugar de socialização da criança, principalmente na educação infantil, sendo desse modo importante reconhecer o poder institucional das crianças, pois só assim elas poderão se formar como adultos autônomos.” (ARIOSI, 2010, p. 114).

Buscou-se ao longo da experiência do estágio compreender qual a importância do espaço físico no desenvolvimento autônomo, independente e ativo das crianças pequenas do berçário. Podemos dizer que essa modalidade da educação infantil em nossas práticas educacionais diárias ainda é muitas vezes desconsiderada ou menosprezada pela sociedade, motivo pelo qual desencadeou este estudo.

METODOLOGIA

A metodologia de uma pesquisa, de acordo com Deslandes (1994) é a descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e as leituras que o pesquisador se pautará durante a investigação e para tal se faz muito importante. A realização da pesquisa aqui publicada se pautou no tipo pesquisa-intervenção.

Segundo Salustiano (2006), a pesquisa- intervenção se define de diversas formas de acordo com diferentes autores. Conforme o estudioso, a palavra *intervenção* por si só pode designar a ideia de impor, intervir, interferir, mediar, interceder etc, porém quando tratamos de uma pesquisa de caráter interventivo no âmbito educacional nos referimos ao estabelecimento de relações entre instâncias ou sujeitos que se envolvem durante determinado processo da qual se busca contribuir para transformação de uma realidade.

Salustiano (2006) destaca que a pesquisa-intervenção exige várias dimensões e condições. O autor aponta dentre algumas “a exigência de interesses comuns entre os sujeitos que vão participar de sua realização” (SALUSTIANO, 2006, p. 40). Segundo ele, é preciso que para isso a necessidade de objetivos e interesses pela pesquisa sejam compartilhados, para tal é fundamental que todos os sujeitos envolvidos estejam engajados, é necessário que haja um objetivo comum. No tipo de pesquisa-intervenção educativa, vertente que cabe a esse trabalho, a prática que predomina é a de descrever, analisar, interpretar os problemas e divulgar os resultados, salienta Salustiano (2006). Segundo Damiani *et al* (2013), pesquisa-intervenção é um tipo de investigação que se define por meio de um planejamento cuja finalidade é de promover interferências no intuito de provocar mudanças e inovações destinadas a produzir avanços e melhorias. Como recursos de coleta de dados durante a realização da investigação foram empregados observação-participante, fotografias e filmagens.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Pesquisar é investigar um objeto a fim de conhecê-lo, descrevê-lo e analisá-lo, como afirma Bodgan e Bilklen (1984). Os autores ainda apontam que investigar é formular hipóteses a fim de comprová-las ou refutá-las. Como afirma a filosofia, os homens aspiram conhecimento, por isso investigam. Mas mais que comprovar e refutar, pesquisar é descobrir. Como já mencionado em outros momentos, o objetivo desta pesquisa-intervenção foi de analisar e descrever como se dá e como se organizam os espaços físicos para o desenvolvimento autônomo da criança pequena no berçário.

Bebês: entendendo-os como sujeitos autônomos, independentes e ativos

Começamos tentando responder primeiramente “mas afinal, quem são os bebês?” De acordo com Barbosa (2010), durante muito tempo eles foram vistos como seres frágeis, imaturos e incapazes, porém crescentes estudos mostram o quão errados estávamos. Segundo a estudiosa, esses são sujeitos de história e carregam em seu pequeno ser direitos à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças, de modo a serem valorizados (BARBOSA, 2010, p. 3). Nesta pesquisa a perspectiva de bebê adotada é a evidenciada por Emmi Pikler, da qual acreditava em um bebê autônomo, independente e ativo.

Partiremos então mais uma vez de questionamentos: o que seria essa autonomia? Que independência é defendida? E como conceituar o sujeito ativo? Segundo compreensão dos estudos piagetianos, um sujeito autônomo é aquele que está apto a cooperativamente construir o sistema de regras morais e operatórias necessárias. Piaget considerava a "autonomia como a capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco" (Kesselring, 1993, p. 173). De forma mais objetiva Kamii (1998) *apud* Loubak (2011), estudiosa firmada nos estudos piagetianos, afirma que o cerne da autonomia é que as crianças se tornem capazes de tomar decisões por elas mesmas. A autonomia nessa perspectiva não é entendida como sinônimo liberdade completa, mas compreendida como ação que leva o sujeito a ser capaz de considerar os fatores relevantes para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação. Parte-se da ideia de independente aquele que não precisa da relação dependente total do outro, como aponta os estudos de Pikler. Entende-se assim por independente aquele que se comporta com autonomia. Um sujeito ativo, portanto se comporta com independência e autonomia, e segundo Piaget é aquele que “compara, exclui, ordena, categoriza, classifica, reformula, comprova, formula hipóteses, em uma ação interiorizada (pensamento) ou em ação efetiva (segundo seu grau de desenvolvimento)” (KESSELRING, 1993). Um sujeito ativo é então o protagonista de seu próprio processo de aprendizagem, experiências e trajetória.

Atualmente, o grande desafio que enfrentamos em relação à educação das crianças entre 0 a 1 anos, turma que denomina o berçário, é o de ultrapassar as compreensões do cuidar e do educar, buscando uma educação pautada na perspectiva humanizadora das crianças (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014). Falk (2011) aponta que foi a partir dos estudos de Emmi Pikler experienciados no Instituto Lóczy que um novo modelo de literatura, de concepção e de ensino acerca das compreensões do bebê e da criança pequena foram enfatizados. Foi observando a relativa liberdade de movimentos

dos filhos de operários e donos de fábrica que Pikler, segundo Falk (2011), começou a teorizar sobre a autonomia dos bebês, já que segundo ela, os filhos de operários eram estimulados a uma relativa autonomia de experiências, enquanto os filhos de donos de fábrica eram privados dessa destreza. Foi por meio das inquietações e estudos que Pikler constatou que as crianças pequenas, portanto não necessitavam de tanta intervenção dos adultos como era costumeiro se pensar. Segundo ela, um ser passivo não se tornaria ativo simplesmente pelo fato de um adulto sempre estar intervindo.

Para Anna Tardos e Agnès Szanto-Feder (2011), pensando nos princípios e experiências de Pikler, ainda vemos os recém-nascidos como seres dependentes e que necessitam de extremos cuidados e proteção. Os bebês ainda são vistos como pequenos sujeitos a serem ensinados tudo e que para isso precisam de um ser mais experiente e maduro – o adulto. Os estudiosos evidenciam que quando nós adultos intervimos na independência do bebê, tiramos dele o direito de liberdade e de autonomia. Para os autores, a criança deve seguir seu próprio ritmo de maneira espontânea, pois a liberdade de movimentos significa a possibilidade de fazer descobertas, de experimentar, de contribuir para seu desenvolvimento, no entanto isso não significa que a mediação adulta não seja importante ou necessária, pelo contrário, será a ação mediadora do adulto com o bebê que fará do pequeno sujeito um indivíduo com experiências. Tardos e Szanto-Feder (2011) afirmam que diante da autonomia e espontaneidade do bebê o desenvolvimento da sua motricidade será muito mais eficaz. A liberdade de exploração do ambiente, do seu próprio movimento fará com que ele, enquanto ser em aprendizagem, se desenvolva com qualidade. O papel do adulto é então, segundo os estudiosos, o de mediador que trará segurança, porém de maneira a respeitar o espaço da criança.

Para Gozalez-Mena e Eyer (2014), em todo o momento as crianças pequenas aprendem, e isso é o que as levam a ter mudanças e o que as fazem ser capaz de aprender. No entanto, para os autores, para tal entendimento devemos ter clara a diferença entre educar e estimular. Segundo os estudiosos, embora estimulação seja muitas vezes usada como sinônimo de educação, ambas são expressões que definem ações diferentes. Conforme esclarecem, estimular é despertar os sentidos a fim de potencializá-los, implicando assim na sustentação da ideia do cuidar e de manter seguro negando a autonomia e o desenvolvimento particular dos bebês. Porém, educar seria, para esses autores, a oportunidade que as crianças têm de explorar e aprender com suas explorações. Educar as crianças pequenas da primeira infância significa desse modo, segundo Gozalez-Mena e Eyer (2014), que adultos cuidadosos, respeitosos e que amam seus pequeninos assumem posturas conscientes que ao

mesmo tempo em que atendem às necessidades das crianças também as apóiam a explorar, descobrir, construir, resolver problemas e a serem independentes.

Gozalez-Mena e Eyer (2014) enfatizam que para que os pequenos consigam aprender de modo satisfatório é necessário que os adultos saibam entender como as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem, estando eles, os adultos (pais e professores), aptos a traçar estratégias a fim de atender de modo individual cada criança. Os estudiosos exemplificam que os bebês muitas vezes são deixados por algumas horas em certos espaços educacionais que muitas vezes, por diversos momentos, negam aos pequeninos as atividades que minimamente poderiam estar lhes ensinando a ficar sentados.

O espaço adequado: um ambiente estimulante e agradável

Como já mencionado nesse trabalho, o interesse da pesquisa foi enfatizar a importância das relações espaciais no desenvolvimento do bebê visando seu desenvolvimento na construção de um sujeito autônomo, independente e ativo. De acordo com Horn (2004), falar em espaços no âmbito educacional é nos remetermos às discussões e reflexões sobre o espaço discutido por Nayume Lima (1989). Para a estudiosa, as discussões sobre o espaço recaem em como ele pode interferir no disciplinamento das crianças e dos seus movimentos corporais. Conforme discussões das referidas autoras, vê-se, ainda, na educação, em especial a infantil, uma relação entre espaço e sujeito que o limita, tendo em vista que o mesmo é arquitetadamente pensado para vigiar e disciplinar seus alunos. Horn (2004) afirma que nenhum espaço é neutro, pois carrega em si a configuração de território, lugar, signos e símbolos que muitas vezes são usados para limitar e reproduzir uma organização. A autora afirma que o “ambiente fala” e que é por meio de “sua voz” que ele pode transpor sentimentos, sentidos e emoções que podem estimular ou não um sujeito.

De acordo com Blower (2008), tratar dos conceitos de espaço, lugar e ambiente é formular entendimentos a partir dos conceitos de Tuan (1980 e 1983). Esses conceitos partem da reflexão de vínculos chamados de pertencimento, uma vez que os espaços são propostos a partir da construção de vivência. Para Blower (2008)

os ambientes projetados para Unidade de Educação Infantil devem compreender características físicas que estimulem sua apropriação, transformando-os em espaços vivenciados (ambientes), e conseqüentemente criação de laços afetivos com seus usuários, proporcionando a criação de lugar.

Ao que se refere ao espaço do berçário, os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil de 2006, documento disponibilizado pelo MEC sugere que

o espaço destinado a esta faixa etária deve ser concebido como local voltado para cuidar e educar crianças pequenas, incentivando o seu pleno desenvolvimento. As crianças de 0 a 1 ano, com seus ritmos próprios, necessitam de espaços para engatinhar, rolar, ensaiar os primeiros passos, explorar materiais diversos, observar, brincar, tocar o outro, alimentar-se, tomar banho, repousar, dormir, satisfazendo, assim, suas necessidades essenciais.

Horn (2004, p. 15) aponta que para “a criança não basta estar em um espaço organizado de modo a desafiar suas competências; é preciso que ela interaja com esse espaço para vivê-lo intencionalmente”. A interação e convivência da criança com o espaço faz com que ele se torne significativo e não meramente um ambiente qualquer do dia-a-dia. A significação de um ambiente torna-o estimulante e atrativo. Dentre os princípios básicos de uma boa educação, discutidos pela autora, estar a que propõe um ambiente agradável e tranquilo, cujo qual não restringe às crianças a limitações. Conforme a autora, um ambiente adequado proporciona o desenvolvimento pleno dos pequenos. Ressalta-se, em conformidade com Horn (2004), que é por meio do ambiente bem planejado que claros progressos de esfera social e moral podem ser enxergados, pois os pequeninos aprendem a interagir uns com os outros e com o meio, além de serem desafiados a solucionarem problemas por si mesmos.

Assim como Montessori, Horn (2004) defende que os espaços não devem ser pensados para a criança, mas ser dela, um ambiente destinado para os pequeninos deve ter foco neles e não nos adultos. É importante compreender que um espaço adequado parte de uma perspectiva que vai além da estética puramente decorativa, seu enfoque principal deve priorizar a liberdade que a criança deve ter, visando assim seu pleno desenvolvimento. Esse ambiente tem que ser pensado de forma que a criança fique segura e livre ao mesmo tempo. O objetivo é promover a autonomia dos pequenos, para que eles cresçam com mais independência, sem que haja desse modo a necessidade de sempre monitorá-los.

A creche investigada e as apurações: o berçário em questão e suas principais características.

O alvo da investigação foi o Berçário I de uma creche municipal de Campina grande-PB. Durante o período investigativo, estavam matriculados e frequentes bebês de 6 meses a 1 ano de idade; havia o trabalho de 1 professora titular (formada em Pedagogia e funcionária municipal efetiva) e 2 cuidadoras (uma pedagoga e outra em formação do mesmo curso, sendo as duas pró-tempore). O período da pesquisa foi dividido em dois momentos: observação e intervenção.

O período de observação: o espaço.

De acordo com as sugestões dos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para instituições de Educação Infantil, o **espaço físico** do berçário I da creche investigada pode ser considerado regular. O mesmo possui: sala para atividades, fraldário, lactário, solário e sala para repouso. De acordo com os Parâmetros já mencionados, o espaço físico de instituições de Educação Infantil deve propiciar às crianças suporte que possibilite e contribua para a vivência e expressão das culturas infantis. Com bases no que foi observado, os espaços são regulares, porém apresentam algumas restrições que implicam nas contribuições para o desenvolvimento autônomo dos bebês. Deter-se-á aqui a analisar dois espaços essenciais no processo de aprendizagem dos mesmos: o solário e a sala de atividades, já que, percebeu-se que os mesmos eram os espaços mais utilizados para realização de atividades dos bebês pelas docentes da turma.

- *A sala de atividades:* durante as observações constatou-se que o espaço basicamente era usado para dois momentos, a saber: a espera das refeições e para estimulação das crianças.
- *O solário:* especificamente um corredor externo da sala do berçário que era usado entre o período em que os bebês acordavam do repouso e esperavam à hora do banho. Durante o uso desse corredor foram observadas atividades como à exploração dos brinquedos presentes no espaço pelos bebês.

Destaca-se que na utilização desses espaços, havia desenvolvimento de atividades de interação e estímulo, no entanto, ao menos no período de observação, essas eram atividades que pouco ultrapassavam os limites espaciais dos lugares. A atividade mais presenciada foi a de colocar cestos com bolas ou brinquedos no centro dos espaços e esperar que os bebês fossem até eles.

O período de intervenção

O grande “achado” da pesquisa foi que não só os espaços não contribuíam para o desenvolvimento autônomo, independente e ativo, mas também organização rígida da rotina da

turma. Segundo Costa (2008, p. 43) “existe uma relação íntima entre a organização da rotina e a organização do espaço físico na creche, de forma que esta influencia a qualidade do trabalho realizado com crianças pequenas na educação infantil”. Conforme o autor, a rotina deve oportunizar a criança o desenvolvimento de hábitos essenciais, como higiene, alimentação correta, repouso, adequação do tempo e espaço etc, No entanto, como aponta o RCNEI (1998), a rotina tanto pode ser facilitadora quanto cerceadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Com bases no RCNEI (1998), pensar na mudança da rotina da creche significa recriar espaços e interações de modo que se ofereça a oportunidade de novas experiências que visem o desenvolvimento pleno da criança.

As propostas de intervenção levadas pelas pesquisadoras apresentaram atividades das quais o objetivo primeiro foi o de trabalhar o espaço como construto social de desenvolvimento autônomo, independente e ativo. Segundo Tuan (1983), lugar é o espaço vivido, e lugares são marcados por experiências e valores. Para o autor, o espaço pode se transformar em lugar ao passo que a ele é atribuído valor e significação. Tuan (1983) fala então do que ele chama de pertencimento. As propostas de intervenção buscaram com isso ressignificar o espaço do corredor (solário) a partir da atribuição de valor e pertencimento, já que esse foi o espaço em que as crianças permaneciam mais tempo.

Foram realizadas apenas intervenções. As mesmas propunham atividades dinâmicas e lúdicas que partiram do tema norteador “Cincos sentidos básicos do ser humanos: visão, audição, paladar, tato e olfato”. De acordo com os estudos piagetianos, o primeiro estágio de desenvolvimento do sujeito, o Sensório-Motor, que engloba crianças de 0 a 2 anos (embora se saiba que o desenvolvimento é particular e depende de sujeito para sujeito), é um período de adaptação e integração da criança com o mundo e com tudo aquilo que a cerca através das percepções e ações. Nessa fase, o corpo é seu principal instrumento de interação, pois seu conhecimento é muito mais situacional, é um conhecimento prático. Partindo desse princípio foram usados materiais que propiciaram experiências concretas através de brinquedos alternativos e industrializados, materiais de diferentes texturas, cores, cheiros, sons e sabores.

A primeira intervenção buscou levar para o corredor uma barraca de acampamento da qual o interior tinha o tema “fundo do mar”. Dentro da barraca tinham ursinhos de diversos tipos de texturas. Também foram utilizados os próprios brinquedos do corredor para que dessa forma os bebês pudessem explorar todo o espaço e pudesse descobrir, engatinhar, andar, explorar etc.

O segundo dia de intervenção propôs manter o cantinho da barraca para que junto a ele houvesse um somativo de atividades novas. A sugestão foi que além da possibilidade dos bebês explorarem o espaço, eles também tivessem variedade de atividades. Na segunda intervenção a novidade foi o corredor com obstáculos. Nele foram suspensos brinquedos musicais, garrafas pet com objetos coloridos e brinquedos. A intenção era fazer com que intencionalmente as crianças explorassem o ambiente.

As constatações

Durante as intervenções constatou-se que os bebês tiveram muito mais chances de desenvolvimento autônomo. Eles exploraram mais os espaços, se divertiram mais nas atividades, buscavam ser mais curiosos. Também se observou que na hora do almoço eles se alimentaram muito melhor e na hora do repouso descansaram muito mais, pois passaram a exercitar mais atividades e gastar mais energia. Da mesma forma o espaço do solário passou a ser valorizado e utilizado com uma diversidade maior de atividades e de materiais depois das intervenções.

Considerações finais

Muito mais do que cuidar e educar, no berçário a prática pedagógica extrapola os limites da higiene e dos estímulos motores. Observou-se que as práticas afetivas também eram de fundamental importância para o desenvolvimento daqueles bebês. A aproximação e o conhecimento de vida particular que as professoras tinham com cada uma das crianças influenciavam diretamente no processo de aprendizagem delas. Segundo o RCNEI (1998) “em se tratando de crianças tão pequenas, a atmosfera criada pelos adultos precisa ter um forte componente afetivo”. E o documento ainda diz que

As crianças só se desenvolverão bem, caso o clima institucional esteja em condições de proporcionar-lhes segurança, tranquilidade e alegria. Adultos amigáveis, que escutam as necessidades das crianças e, com afeto, atendem a elas, constituem-se em um primeiro passo para criar um bom clima. As crianças precisam ser respeitadas em suas diferenças individuais, ajudadas em seus conflitos por adultos que sabem sobre seu comportamento, entendem suas frustrações, possibilitando-lhes limites claros. Os adultos devem respeitar o desenvolvimento das crianças e encorajá-las em sua curiosidade, valorizando seus esforços. (BRASIL, 1998, p. 67)

Fica claro que o espaço na formação do desenvolvimento autônomo do bebê enquanto sujeito de aprendizagem é relevante, bem como é de fundamental importância a organização da rotina e as relações de afetividade. No entanto, para que tais aspectos se efetivem no cotidiano das turmas de

berçário, de modo à proporcionar ao bebê aprendizagens significativas, é necessário que haja a organização do espaço e da rotina e que essas sejam intenções definidas na proposta pedagógica do docente. Sendo assim o papel do professor como mediador de aprendizagem é decisivo. Como ele organizará sua prática, a relação que ele terá com a criança, como ele planeja seus espaços de atividades são ações que farão do “pequeno” um sujeito ativo, independente e autônomo.

Referências

ARIOSI, C.M.F. *Organização e gestão democrática na escola pública de educação infantil: análise dos limites e perspectivas nas realidades brasileira e italiana*. 2010. 254 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília - SP, 2010.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691553/artigo-30-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996#>> Acesso em: 21 de mar. 2017

BARBOSA, M. C. *Especificidades da ação pedagógica com os bebês*. Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file>> Acesso em 28 de ago. 2017

DAMIANI, Magda Floriana. et al. *Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica*. Pelotas, Rio Grande do Sul: 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/3822/3074>> Acesso em: 28 de ago. 2017

FALK, Judit. (org). *Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy*. Tradução: Suely de Amaral Mello. 2. Ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2011.

GOZALEZ-MENA, Janet; EYER, Widmeyer Dianne. Educação de bebês e crianças. In: _____ *O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em*

relações qualificativas. [recurso eletrônico]. Tradução: Tânia Ramos Fortuna. 9 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. p. 23-45

HORN, M. G. S. A construção do espaço e as diferentes linguagens. In: REDIN, Euclides. (org) *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 101-105

_____. *Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços n educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HERMANN, R. *Maria Montessori*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

KESSELRING, T. *Jean Piaget*. Petrópolis: Vozes, 1993

SALUSTINO, Dorivaldo Alves. *Nas entrelinhas da notícia: jornal escolar como mediador do ensino-aprendizagem da língua materna*. 2006. 279 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.